

EXCLUSÃO SOCIAL

CRESCENTE

Josaphat Marinho



Continua ou aumenta a exclusão social no mundo. O secretário-geral das Nações Unidas acaba de anunciar plano de ação vigoroso, que ampare os países pobres. Segundo publicado na imprensa, o programa destina-se a convocar os países ricos à colaboração efetiva em benefício das comunidades fracas. As propostas de Kofi Annan pretendem modificar o quadro de deficiências no século XXI. Mais de um bilhão de seres humanos "vivem na pobreza total". "Em vez de fazer milhões de vítimas — acentua o secretário-geral —, a globalização deve transformar-se em força positiva para todos os povos do mundo." É o desafio lançado, com ânimo de despertar consciências desatentas.

Para alcançar esse objetivo, o plano deve concorrer para reduzir as doenças e ampliar as exportações dos países pobres, como aperfeiçoar os sistemas educativos. As soluções sugeridas não são superficiais, nem de circunstância. Obedecem a projetos inspirados em idéias de longo desdobramento. Exigem a mudança da mentalidade de povos e governantes. Não basta anunciar propósitos. Quando estes devem estender-se a grandes parcelas de população, de regiões diferentes e de problemas diversificados, impõe-se a formação de novo espírito, dominado pelo sentimento coletivo e não deformado por impulsos personalistas. A real visão do conjunto projeta a coletividade, como alvo das transformações, e atenua, justamente, a imagem dos indivíduos.

Nesse processo de mutação, o Brasil há de ser considerado de modo especial. A extensão do território, a variedade de regiões, a multiplicidade de culturas e de condições de vida, entre outros fatores, exigem capacidade de adotar providências adequadas específicas. A massa trabalhadora não poderá ser compreendida apenas nas relações com o capital privado. Os trabalhadores aqui se dividem largamente, também, entre as três esferas do poder público: a federal, a estadual e a municipal. E cumpre não esquecer que a uma parcela desses prestadores de serviço se aplica, mesmo, a legislação própria dos trabalhadores privados.

Demais, há que observar o

desprezo a que vem sendo relegada a categoria dos chamados servidores públicos. Tendência acentuada os desqualifica, buscando julgá-los pelo padrão dos que erram e não pelo exemplo dos que desenvolvem tarefas relevantes. Critica-se uma coletividade prestante à base das irregularidades dos que faltam a seus deveres, como se maus não houvesse em todos os grupos sociais e profissionais. Esquece-se, em áreas diversas, que governantes e dirigentes administrativos não imprimiriam eficiência a serviços comuns e especializados, se não fosse a presença de funcionários habilitados.

Por isso mesmo, não se entende, corretamente, como o governo da União, de estados e uni-

cípios, em parte saliente, não se esforça por melhorar as condições de existência de seus servidores. Há evidente subestima, em vários setores, por essa categoria de assalariados. Nessa fase histórica, vai por mais de cinco anos que os servidores federais em geral não recebem aumento de salário. As pretensas dificuldades de recursos financeiros recaem, habitualmente, sobre as classes de servidores em atividade. Por efeito natural, as restrições comprimem os inativos, que já não dispõem de meios fáceis para reivindicar direitos e vantagens. Em decorrência da política federal, as consequências restritivas prejudicam também os servidores estaduais e municipais. Se há privilegiados, a imensa maioria, nas três áreas de poder, começa a entrar no rol dos excluídos sociais.

Se o padrão de vida se altera, e não diminui, e pessoas permanecem com o mesmo salário por cinco anos, é evidente que se reduz e se degrada o poder de manutenção, sobretudo porque não se limita à aquisição de alimentos. Em verdade, alarga-se o círculo dos excluídos sociais, que não são apenas os de todo carentes. As restrições crescentes vão baixando o nível da existência de número cada vez maior de pessoas. De participantes da sociedade tornam-se, gradualmente, espectadores tristes dos atos coletivos e da satisfação de necessidades comuns.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia e diretor da Faculdade de Direito da Upi